Revista Eletrônica Ñanduty
PPGAnt - UFGD

PPGAnt- Programa de Pós-Graduação em Antropologia
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 2317-8590
Dourados - MS - Brasil
www.ufgd.edu.br/nanduty

REPASSE DO CONHECIMENTO BANÍWA DO INIÃLI VS. EDUCAÇÃO OCIDENTAL*

ANDÉRBIO MÁRCIO MARTINS**

EDILSON BANÍWA***

RESUMO

Neste texto, apresentamos e discutimos os repasses de conhecimento do povo Baníwa antes da chegada dos kariwa (não indígenas), a imposição da educação ocidental dos kariwa sobre o povo Baníwa, destacando a atuação de católicos e protestantes e, por fim, como o conhecimento próprio entre os Baníwa é repassado na atualidade.

Palavras-chave: Baníwa; Educação Indígena; Educação Escolar Indígena.

RESUMEN

En este trabajo se presenta y se discute la transmición de conocimientos del pueblo Baníwa antes del contacto con los kariwa (no indígenas), la imposición de la educación occidental de los kariwa, destacando el papel de los católicos y protestantes e, por último, como el conocimiento próprio entre los Baníwa está ocurriendo hoy.

Palabras-llave: Baniwa; Educación Indígena; Educación Escolar Indígena.

1 Considerações iniciais

Os Baníwa são um povo da família Aruák que habita a região do Alto Rio Negro, especificamente no noroeste da Amazônia brasileira. Sua população atual está estimada em 4.220 pessoas, distribuída em 84 aldeias (DSEI/RN, 2007) nas áreas ribeirinhas dos rios Içana e Aiari, Cuiarí e afluentes.

Assim como outros povos indígenas do Alto Rio Negro, sua organização social está baseada em unidades de descendência patrilinear (segue o clã do pai) e patrilocal (o direito à moradia na terra do pai), as quais obedecem à disposição hierárquica dos sibs (clãs) – o sib congregaria os descendentes de um único ancestral – que organizam internamente essa sociedade (WRIGHT, 1992). Eles empregam também critérios linguísticos para a demarcação de identidade, o que facilita o reconhecimento das relações de parentesco e o estabelecimento de laços de solidariedade, alianças e trocas matrimoniais (JACKSON, 1983). Esses grupos praticam a agricultura e a pesca; são também fabricadores de ralos de mandioca feitos de madeiras com ponta de quartzo e de cestarias feitas com uma palmeira chamada Arumã.

A cosmologia Baníwa é essencial ao entendimento da origem e da cultura desse povo. Nesse contexto, surgem personagens como Nhiãperikuli, herói criador da humanidade e responsável por boa parte da organização da cultura Baníwa. Amaru, a primeira mulher, associada às ferramentas fabricadas pelos brancos, ao calor e às doenças febris. Kuwai, filho de Nhiãperikuli e Amaru, um ser dotado de poderes mágicos simultaneamente construtivos e destrutivos, exilado por Nhiãperikuli do mundo ancestral em função de sua periculosidade.

Apesar do longo contato com as sociedades

* Texto apresentado no XIII Jornadas Internacionais sobre Missões Jesuíticas, realizado na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, no período de 30 de agosto a 03 de setembro de 2010.

** Doutor em Linguística, docente do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena - Teko Arandu, da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND/UFGD) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt/FCH/UFGD).

*** Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília. Professor do curso de formação de professores indígenas do estado do Amazonas.

das nações brasileira, colombiana e venezuelana, esse povo preserva suas tradições e limita, sempre que possível, as intrusões do processo civilizatório em suas aldeias. Segundo Wright (1981), os Baníwa (até por volta da década de 1730) não haviam feito contato com os kariwa. Naquele período, o repasse de conhecimento dos Baníwa acontecia por meio do ver, do ouvir e do praticar. As crianças e os jovens aprendiam no dia a dia, observando as atividades dos pais, do avô paterno (se fosse menino), e da avó materna (se fosse menina), podendo ser ainda o repasse complementado pelo tio (irmão do pai, se for menino), e, se for menina, pela irmã da mãe. As orientações eram repassadas durante a pesca, na caçada, na roça, na maloca, em momentos de festas e rituais, e em outros lugares como, por exemplo, em uma cerimônia de Kalidzamãi (em Baníwa) ou Kariamã (em Nheengatú), que se tratava do momento de passagem para a vida adulta.

A Cerimônia de Kalidzamãi (Kariamã) era uma das etapas mais importantes na vida dos Baníwa, tanto para os meninos quanto para as meninas. Para as meninas, ocorria individualmente, quando acontecia a primeira menstruação. Para os meninos, era coletiva a partir dos 10 anos de idade. Durante a Cerimônia, eram repassados pelos sábios Baníwa vários conhecimentos, tais como: (a) conhecimento sobre plantas medicinais; (b) fabricação de canoas; (c) a caça e a pesca; (d) os tipos de solos para fazer roça e tipos de frutas do mato; (e) a técnica dos utensílios domésticos; (f) a fabricação de materiais e danças culturais; e (g) o Mito e a Cosmologia Baníwa.

É importante ressaltar aqui dois fatos. O primeiro é que os repasses de conhecimentos acima mencionados eram feitos por diversas pessoas na modalidade oral, na língua Baníwa. E o segundo fato é que não havia apenas um lugar e sim vários lugares e momentos onde eram transmitidos esses conhecimentos, sendo que tais atividades envolviam a prática e a teoria, ou seja, o pai ou a mãe primeiro realizava algo (prática), e em seguida falava sobre o que havia feito (teoria). Nesse ponto é possível perceber uma diferença em relação ao repasse de conhecimento dos brancos no âmbito escolar, pois o caminho feito por eles, na maioria dos casos, é o inverso: inicialmente se aprende a teoria e depois tenta aplicá-la na vida prática. Em outros casos, vários conhecimentos Baníwa eram repassados ou ensinados ao mesmo tempo como, por exemplo, história, ciência, matemática e assim por diante. Sabe-se que esses repasses eram feitos de geração para geração.

2 Imposição da educação ocidental dos kariwa sobre o Povo Baníwa

Segundo Weigel (2000), o trabalho "educacional" de maior repercussão no Rio Negro foi produzido pelos religiosos salesianos. O trabalho deles tinha como objetivos (a) expandir e consolidar entre os indígenas e outros a produção de um estilo de vida e de um imaginário adequado aos interesses dos grupos sociais dominantes; (b) assegurar também o domínio do território e a ampliação das fronteiras nacionais, implantando povoados, convencendo os indígenas a vir habitá-los, desenvolvendo atividades produtivas, ocupando a região do Alto Rio Negro e, com suas ações, contrabalanceando as ações dos comerciantes, nem sempre muito patrióticos; e, por fim, (c) assegurar a permanência dos indígenas que sempre emigraram do país, fugindo das perseguições, ou buscando vida melhor. Essas foram as razões pelas quais o Estado brasileiro tinha acolhido, respaldado e apoiado a fundação das escolas por meio de um vasto trabalho missionário no Alto Rio Negro pelos religiosos salesianos na segunda década do século XX.

Ainda conforme Weigel (2000), mesmo sem dominar a língua portuguesa (muito menos, as línguas indígenas), irmãos e irmãs salesianos vieram para efetivar com os indígenas o projeto educacional de Dom Bosco: constituir o bom cristão e o bom cidadão. Para isso, instituíram em seus asylos e escolas um sistema educacional (baseado naquele desenvolvido em Turim, para os filhos de lavradores), ministrando o curso primário (até a 5ª série), ensino religioso e formação para o trabalho.

Dependendo da oficina existente na Missão, os jovens índios poderiam desenvolver atividades ligadas à carpintaria, marcenaria, olaria e alfaiataria para meninos. Enquanto que as meninas aprendiam técnicas de bordado, artesanato, corte e costura. Além disso, todos os alunos e alunas envolviam-se com a agricultura, trabalhando nas roças da Missão, na faina necessária à produção agrícola destinada ao consumo, ficando a cargo exclusivo das alunas índias o empreendimento das atividades de cozinha, limpeza e lavagem de roupa do alunado.

Além de precisar do braço índio, os missionários tinham um projeto civilizador para seus "trabalhadores". De acordo com seu modelo de civilização, condenavam a vida tribal, a habitação em malocas e a economia de autossustentação. Nesse sentido, não apenas atraíam os indígenas para a circunvizinhança das Missões, como também trataram de criar aldeias nas proximidades, como fizeram os missionários do passado, sendo que, como educadores experientes, os salesianos apostavam na formação das crianças e jovens, por estarem convencidos de que adultos e idosos "já estavam viciados" e não responderiam positivamente aos seus ensinamentos civilizatórios (orientação do mestre Dom Bosco) (WEIGEL, 2000).

O processo para formar o bom cidadão, nesse contexto rio-negrino e no Iniãli, incluía a imposição da língua portuguesa. Mesmo que alguns padres devessem ter aprendido a língua indígena da região onde atuavam, para poder se comunicar, na escola estudava-se exclusivamente o idioma nacional, sendo este de uso obrigatório nas comunicações dentro do internato. Além disso, a língua configurava-se como uma instituição fundamental das identidades tribais, sendo, por isso, incompatível com o modelo de cidadão que era objetivo formar.

Com a chegada dos kariwa, a partir da década de 40, inicia-se a história da "educação formal" no meio dos Baníwa do Iniãli. Como se o repasse dos conhecimentos dos Baníwa apresentados acima não servisse ou não fosse mais o suficiente. Trouxeram projetos diferentes de educação, ligados a diferentes interesses e visões de mundo deles. Entre os Baníwa, foram implantados dois Projetos (considerados pelos Baníwa uma Imposição de educação): um articulado por missionários católicos e outro por missionários evangélicos.

Primeiramente foi implantada por salesianos no início da década de 50, período pós-guerra, a Missão que eles chamaram de Nossa Senhora da Assunção no Baixo Iniãli. Naquele momento, a região do Iniãli vivia uma fase de grande conversão ao protestantismo (WEIGEL, 1991). Essa primeira Missão salesiana, como já foi citado, tinha como objetivo operacionalizar e efetivar entre os Baníwa o projeto educacional de Dom Bosco: constituir o bom cristão e o bom cidadão (WEIGEL, 1991).

Ainda conforme Weigel (1991), havia dois tipos de Asylos, um para os meninos e outra para as meninas. Os projetos foram desenvolvidos da seguinte forma: não havia repasses de conhecimento dos Baníwa para os Baníwa, e sim a imposição de conhecimento dos kariwa aos Baníwa e a desvalorização total da cultura, da língua e da espiritualidade do povo nativo daquela região.

É importante lembrar que o repasse de conhecimento imposto pelos salesianos não era feito na Língua Baníwa e sim na Língua portuguesa (oral e escrito), feito apenas por uma pessoa (Freira ou Padre). Nesse caso, a imposição do conhecimento é feita num lugar fechado chamado "escola ou sala de aula", isto é, num espaço limitado. A imposição desses conhecimentos, como sabemos, era feito da teoria para a prática, ou seja, o Padre ou a Freira falava sobre um determinado assunto, em seguida pedia para fazer a prática, o que acabava indo ao caminho oposto à pedagogia Baníwa.

Como sabemos, antes os conhecimentos eram repassados ou ensinados ao mesmo tempo, como história, ciência, matemática e assim por diante. Nesse novo sistema de educação implantado, os temas, além de serem impostos, ainda eram divididos em caixinhas.

Como afirma Weigel (1991), os internatos, inclusive o de Assunção do Içana, não conseguiram sobreviver por muito tempo por condições de ordem estrutural, devido ao reordenamento econômico em nível mundial, às transformações ideológicas dentro da própria Igreja Católica e à crescente politização de frações sociais oprimidas, favorecida pela aliança de setores intelectualizados da sociedade civil nacional e internacional.

Com a extinção dos internatos, os missionários salesianos foram levados a pensar outra estratégia para a educação escolar. Sendo assim, no Rio Iniãli, na década de 70, Irmã Teresa e Padre Carlos criaram escolinhas rurais nas várias comunidades católicas, destinadas à alfabetização em língua portuguesa e ao ensino das primeiras contas.

O espaço físico dessas escolas era igual às casas de moradia das famílias: construídas de taipa, cobertas de palha Karanã, com dois ou três cômodos. Para o funcionamento das escolas, Irmã Teresa contou com os ex-alunos do Colégio de Assunção que, tendo concluído a quinta série, passaram a atuar como professores. Na época, todos seguiam os mesmos objetivos impostos

durante o internato.

Paralelamente à implantação dos internatos pelos Católicos, os Baníwa do rio Iniãli e do afluente maior, rio Ayarí, sofreram outra imposição de conhecimento ocidental. Dessa vez com a implantação do projeto de educação do protestantismo. Segundo Wright (1981), em 1976 havia três Missões protestantes no rio Içana e duas no rio Waupés. Uma das missionárias pioneiras foi a americana Sofia Müller, fundamentalista da New Tribes Mission. O objetivo do projeto era converter os Baníwa para o Protestantismo. Para isso, foram improvisadas escolinhas pela missionária para ensinar a escrita da língua indígena e facilitar a leitura da Bíblia, cuja tradução para o idioma nativo havia sido feita pelos próprios missionários, e, desse modo, pensava-se em salvar as almas.

Segundo Sofia Müller (1975), as aulas eram "improvisadas", ou seja, o ensino se processava debaixo das árvores, nas casas, nas canoas, onde fosse possível. De acordo com Weigel (1991), ficou também evidente que Sofia não pretendia escolarizar os índios, mas, tão somente, fazer os velhos decodificarem a escrita, a fim de poderem ler a Bíblia para os demais. Além da leitura e escrita na língua, o ensino visava também preparar os mais velhos para ocuparem os cargos de Ancião, Diácono e Pastor. Esses iriam assegurar a preservação da crença, dando continuidade à realização dos rituais evangélicos. Cabe ressaltar aqui que a escola não fazia parte do projeto evangélico.

Portanto, mais uma vez, nesse projeto não havia repasse de conhecimento dos Baníwa para os Baníwa, e sim uma imposição de outros conhecimentos para viabilizar a alfabetização dos Baníwa mais velhos, a fim de decodificarem a escrita. Essa ação, por um lado, pode representar uma forma de valorização da cultura e da língua; mas, por outro lado, uma restrição é uma imposição cultural e espiritual ocidental, tal qual a escola dos missionários católicos faziam. Embora essas atividades sejam realizadas em alguns lugares diferentes dos católicos, o conteúdo era o mesmo: a espiritualidade ocidental.

Ainda, conforme Weigel (1991), depois de Sofia Müller, vieram morar outros Pastores americanos no rio Iniãli, dentre eles, o Pastor "Henrique, que fez casa em Seringa-rupitá, na boca do Cuiari. Henrique convidava pessoal para ensinar na casa dele", conta o avô Dzawinai, da comunidade Arapaso, rio Içana. O Pastor Henrique era colaborador do Summer Institute of Linguistic-SIL, entidade americana de igrejas protestantes. Ele não apenas ensinou os velhos a ler e a escrever em Baníwa, mas também viabilizou a elaboração de duas cartilhas e dois livros de exercícios para serem usados no processo de alfabetização na língua indígena. Foi a primeira proposta de grafia da língua Baníwa falada no Brasil, que é diferente da que é falada na Colômbia.

É sabido também de um outro Pastor que ficou por quase vinte anos no Rio Iniãli e fundou uma escola bíblica na comunidade de Jandu-cachoeira nessa região, permanecendo em funcionamento até 1970. A escola "regular" que significava escolaridade de 1ª a 4ª série, só foi criada em 1975. Para trabalhar nessa escola, vieram mais duas missionárias, uma americana e uma paulista. No início da década de 1980, alguns alunos já haviam concluído a 4ª série na escola de Jandu e, então, foram organizadas escolas em outras duas comunidades protestantes, onde esses ex-alunos foram lecionar.

No entanto, todas as escolinhas organizadas pelos protestantes, desde que o Órgão Municipal de Educação foi criado, em 1983, passaram para a jurisdição da prefeitura de São Gabriel. Gradativamente, os missionários protestantes foram se desobrigando da supervisão das escolas fundadas pela sua iniciativa. Atualmente, não há mais nenhuma escola ligada especificamente à alfabetização bíblica, tanto do catolicismo quanto do protestantismo.

Vimos, portanto, que as estratégias dos missionários protestantes para implantação e implementação de seus projetos de evangelização e cristianização dos Baníwa diferiam substancialmente da católica. De acordo com Weigel (2000), nesse sentindo, é possível distinguir momentos e resultados da educação formal na história Baníwa, marcados por interesses distintos quanto à escolaridade formal:

(a) aceitação do Catolicismo e Protestantismo entre os Baníwa do Iniãli, forçando os Baníwa a deixarem de praticar sua cultura, língua e, sobretudo, espiritualidade. Mas, segundo o cacique Irineu Fernandes dos Mapatse-Dákenai (jurupari-tapuia), morador e fundador da comunidade Wanaliana, de 95 anos, o ingresso dos jovens no colégio de

Assunção enquadrava-se na estratégia Baníwa, assim como aceitação do protestantismo foi uma estratégia diante de exigências e desafios apresentados pelo processo histórico na época. Os Baníwa procuravam meios de se adaptarem à situação irreversível de dependência aos brancos, sendo alvo da violência de muitos deles (comerciantes, seringalistas, militares, entre outros);

(b) a multiplicação das escolinhas rurais pelas comunidades. Atividade que começou a partir da década de 70 e se estendeu até a década de 80. Esses espaços, na época, começaram a ser vistos onde seria possível aos Baníwa tomarem posse de códigos e linguagens tão necessários para as relações com os kariwa. Através disso, seria possível conhecer a vida dos brancos e, então, saber como lidar com eles; poderiam falar português, isto é, comunicar-se com os brancos e não se deixarem confundir por eles. Teoricamente, o domínio desses elementos simbólicos significava não só instrumento de defesa, mas também de autoconfiança e de autoestima, na medida em que podiam se colocar em pé de igualdade com os brancos, transitando pelos mesmos campos simbólicos e manipulando os mesmos códigos;

(c) a vulnerabilidade nas estruturas internas dos Baníwa, devido ao choque cultural e linguístico, forjando a reconstrução de uma identidade coletiva que se fortalecia como referência para os subgrupos Hohodene, Dzawinai ou Uaripere-dakenai, sejam católicos ou protestantes: é a identidade Baníwa. Essa identidade vem, gradativamente, ganhando nova forma, consistência e validade, à medida que o povo se defronta com problemas e pressões criados pelas estruturas sociais e culturais da sociedade de classes, no processo de integração à nação brasileira;

(d) a criação da autodesignação genérica, o que não existia entre os índios Baníwa do Brasil. Desde a época, e até hoje, pode-se ouvir constantemente no discurso dos dirigentes das associações, dos professores e dos capitães a referência ao povo Baníwa: expressões como "Arte Baníwa", "professores Baníwa", "pensadores Baníwa" e "povo Baníwa", "Agentes de Saúde Indigena Baníwa". Essas afirmações e constituições da identidade Baníwa compreendem e implicam, ao mesmo tempo, a formulação de utopias e de projetos políticos coletivos, delineados no quadro sociopolítico da nação brasileira;

(e) os elementos heterogeneizadores e descentralizadores, divisões internas entre os Baníwa. A escola determina o acesso e a distribuição de bens culturais muito valorizados, devido aos condicionantes que delimitam as relações vividas pelos Baníwa, nas formas atuais de integração social. Bourdieu pode iluminar o entendimento dessa dimensão da escola, quando afirma que:

> [...] a escola não cumpre apenas a função de consagrar a 'distinção' - no sentido duplo do termo - das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem como 'cultura' (no sentido dos etnólogos) a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e de apreciação que os distinguem daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes (BOURDIEU, 1992, p. 221).

(f) as diferentes formas de linguagens, de hábitos, de atitudes e da posse de conhecimentos do mundo dos kariwa transformaram-se em capital simbólico acumulado, por aqueles Baníwa que passaram pela escola – os jovens, na maioria católicos. É nesse sentido que a escola produziu resultados que apresentaram repercussões heterogeneizadoras. À proporção que os Baníwa são enredados no tecido social mais amplo, aqueles que passaram pela escola encontravam-se em posição mais vantajosa, pela posse de bens culturais valiosos, tanto do ponto de vista do reconhecimento social, quanto do ponto de vista prático;

(g) os conflitos entre católicos e protestantes porque também estão associados a divisões e disputas tradicionais entre os grupos. Devido à antiga aliança com os salesianos, as famílias católicas têm maior número de filhos escolarizados e ainda praticam suas culturas tradicionais. Os católicos escolarizados externam, ao evocar o atraso trazido pelo protestantismo, por terem abandonado suas tradições, como rituais de iniciação, os rituais xamanísticos, e as festas do Dabakuri e Pudare e não terem estudados nas escolas;

(h) por fim, o confronto intercultural na medida em que tem sido espaço de conflitos entre a cultura, os interesses e o poder dos diferentes atores sociais envolvidos especificamente (missionários salesianos e Protestantes).

Por outro lado, a imposição da educação formal entre os Baníwa, permitiu que esses indígenas pudessem criar novas estratégias que são consideradas, pelos próprios Baníwa, como meio de sobrevivência, a fim de dar visibilidade no conjunto desse tecido social, de modo a garantir um espaço e um tempo Baníwa: "os pajés mesmo veem isso... vão vir muitos brancos, vão encher aqui... muita coisa vai mudar ainda..." (WEIGEL, 2000). Uma das estratégias de sobrevivência importante foi a criação da primeira associação na região do Içana, a Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana-ACIRI em 1987 (Ata da Criação da ACIRI, 1987). Foi a partir disso que os Baníwa encontraram uma forma para começar a interiorizar o submundo das organizações políticas e, por conseguinte, a aprender a linguagem e os conhecimentos do subuniverso de significados próprios da esfera política.

Se, por um lado, a educação formal trouxe muita vulnerabilidade à estrutura tradicional, diante da força dos dinamismos "de fora" (expressão de Balandier, 1969), e no passado, a "escola" representou a morte de culturas; por outro lado, agora, as escolas são os lugares de repasses de conhecimentos próprios, e elas podem representar lugares de renascimento, manutenção e expansão da vida e da cultura Baníwa.

3. Repasse do conhecimento próprio entre os Baníwa atualmente

No Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou o processo de redemocratização e, consequentemente, possibilitou o crescimento da organização da sociedade civil. Para os Povos Indígenas, a Constituição Federal também inaugura uma fase de avanços jurídicos, reconhecendo aos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente habitam, além da preservação física e cultural necessárias ao bem-estar e também à reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (Art. 231). Além de outros dispositivos jurídicos, a Constituição Federal assinala ainda que *"os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em defesa de seus direitos e interesses"* (Art. 232).

Esses instrumentos jurídicos vieram como forma de garantir e fortalecer a cultura, a língua e a espiritualidade Baníwa, possibilitando criar novas estratégias contra os dilúvios de pedagogias vividas no passado. Sendo assim, passamos aqui a descrever como está sendo realizado, nesses últimos vinte anos, o repasse do *conhecimento Baníwa* entre os Baníwa.

Em várias reuniões organizadas através das lideranças não tradicionais que conseguiram ser alfabetizado pelos kariwa, juntamente com as lideranças tradicionais, o diálogo começava assim: *"Se, por um lado, a educação formal trouxe muita vulnerabilidade* à *estrutura tradicional, representando a morte das nossas culturas; agora, as escolas podem representar lugares de renascimento, manutenção e expansão da vida e da cultura Baníwa ".* A partir disso, passou-se a ter uma preocupação comum:

(a) como a "escola" pode resolver os nossos problemas?;

(b) como as crianças e jovens podem aprender melhor, valorizando nossa língua, nossa cultura?;

(c) como podemos fortalecer as comunidades e populações para permanecermos em nossos territórios de ocupação tradicional, buscando a melhoria do ensino e de vida para todos nós?

A reconstrução da nova forma de repasse de conhecimentos pelos Baníwa se baseou também nos depoimentos do Irineu Fernandes, como

vimos na seção anterior, e outros sábios Baníwa que conseguiram sobreviver àquele temporal. Essas e outras indagações permitiram que se começasse a pensar em novas estratégias para o repasse de conhecimentos próprios dos Baníwa. Vejamos, portanto, quais os principais passos hoje tomados pelos Baníwa para a implantação e implementação das Escolas no Rio Iniãli.

Como já sabemos, anteriormente o objetivo dos projetos educacionais não era discutido com indígenas e muito do que se ensinava nas escolas não estava relacionado com as práticas sociais desenvolvidas pelos indígenas no dia a dia. Hoje, em discussão com os próprios indígenas, percebe-se que a escola pode ajudar a fortalecer a cultura e a língua. Citamos abaixo alguns dos pontos em discussão dos índios Baníwa acerca da finalidade da escola nas aldeias indígenas:

- **(a)** formar alunos conhecedores de sua cultura como saber benzer, cantar e dançar nos rituais tradicionais; pescar, caçar e trabalhar com artesanato;
- **(b)** formar alunos que, ao sair da escola, saibam ler e escrever em Baníwa, Nheengatú e em português;
- **(c)** formar alunos conscientes de seus direitos e deveres frente à sociedade Baníwa, às outras sociedades indígenas da região do Alto Rio Negro e frente à sociedade brasileira em geral;
- **(d)** possibilitar a formação de alunos solidários com seus afins e com as demais etnias existentes no Alto Rio Negro;
- **(e)** possibilitar que a escola forme profissionais que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de suas comunidades, tendo em vista os seus projetos de sustentabilidade;
- **(f)** formar alunos comprometidos com a sua cultura e que, após o término de seus cursos, possam trabalhar em função de suas comunidades; e
- **(g)** formar seus futuros líderes, professores, políticos e assessores.

Esses objetivos visam preparar os alunos Baníwa para que eles sejam capazes de enfrentar o mundo que está em contínua transformação e possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de suas comunidades e também possam conviver em harmonia com as demais sociedades indígenas e não indígenas.

Os temas trabalhados nas escolas são apontados por pessoas que exercem papéis diferenciados dentro da comunidade: pais, mães, lideranças, anciãos e alunos da escola, juntamente com os professores. O método para o desenvolvimento do repasse de conhecimento é via pesquisa e tem como objetivo, além de conduzir a pesquisa, gerir produtos. Obrigatoriamente, os temas são articulados com a necessidade e a realidade das comunidades Baníwa. Na escola, os alunos devem aprender primeiro os conhecimentos de sua cultura e, em seguida, os conhecimentos de outras sociedades indígenas e não indígenas.

Com essa metodologia, os professores trabalham com os alunos tanto em sala de aula, como nos lugares necessários e disponíveis para o entendimento do tema escolhido. Cabe ressaltar ainda que as aulas são necessariamente ministradas em língua Baníwa, Nheengatú e língua portuguesa. A alfabetização é feita através de pequenos textos, sem livro de textos, mas com uso de grandes cartazes, elaborados pelas comunidades ou alunos maiores, sobre temáticas específicas, que vão se renovando. O ensino via pesquisa se dá em todos os ciclos, privilegiando interesses e problemas locais, garantindo ampla participação comunitária.

Em relação à construção dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, esses são discutidos em várias reuniões pelos próprios Baníwa, com participação dos pais, mães, pajés, parteiras, anciãos e professores. Os PPPs direcionam como as escolas devem funcionar. Eles nunca são fechados e são avaliados de ano em ano.

O repasse de conhecimento está novamente sendo feito, embora ainda tímido, em vários momentos: na pesca, na caçada, na roça, em brincadeiras, em danças e em rituais, como era antes da chegada dos kariwa.

Entendemos que a escola é apenas um complemento para o repasse dos conhecimentos tradicionais e para a aquisição do conhecimento da cultura ocidental. Os repasses são feitos primeiro pelos pais, mães e avós e, em seguida, pelos professores dentro da escola. Os repasses são feitos na língua Baníwa ou Nheengatú, oralmente e escrito através das cartilhas, gramática, dicionários, todos elaborados pelos professores e alunos, fora e dentro do ambiente escolar, sendo que os conteúdos repassados aos alunos são da cultura e de interesse da comunidade, assim como os conhecimentos ocidentais. Em relação ao "ensino religioso",

esse foi substituído pelos conhecimentos míticos do povo Baníwa.

A gestão das escolas era antes de responsabilidade dos missionários católicos ou evangélicos, indicados por eles mesmos. No caso da gestão dos católicos, essa era feita por Padre ou Freira; já entre os protestantes, era o Pastor ou mulher do Pastor. Eles tinham todo o poder sobre a direção da escola. Hoje a realidade é outra, o gestor de escola ou quem coordena a escola é indicado ou eleito pelas comunidades que fazem parte da escola e são, prioritariamente, indígenas Baníwa. E fica a cargo do gestor apenas o dever de coordenar as atividades da escola, que já foram definidas nos objetivos e nos projeto políticos pedagógicos (PPP). Sobre as decisões importantes de mudar ou realizar algo, essa responsabilidade não está restrita somente ao coordenador, mas aos Conselhos das Escolas.

As escolas que possuem o ensino fundamental e médio criaram os Conselhos Escolares. Estes têm como objetivos articular as escolas e todas as comunidades Baníwa para pensar e organizar os currículos e regimentos escolares; incentivar a alfabetização na língua Baníwa e Nheengatú, visando à valorização e o incentivo das línguas, respeitando a língua materna dos alunos; pesquisar a cultura para ser ensinado em suas escolas; implementar e incentivar o uso das tecnologias tradicionais Baníwa tendo em conta os seus usos e costumes; e apoiar e incentivar a pesquisa de novos conhecimentos indígenas e não indígenas que venham a contribuir para melhoria da qualidade de vida dos Baníwa. Esses conselhos são formados por pais, mães, anciãos, lideranças, alunos, professores e estão sendo muito valorizados, pois estão ajudando na gestão da escola, assim como na formação de alunos Baníwa.

O reconhecimento das escolas indígenas Baníwa juntos aos órgãos é uma das etapas finais. Ainda há dificuldades para que as autoridades reconheçam todas as escolas do Rio Iniãli, com exceção da Escola Pamaali de ensino fundamental médio Iniãli. A Escola Kariamã do ensino médio está em processo de reconhecimento pela Secretaria de Ensino e Qualidade do Estado do Amazonas-SEDUC.

Como vimos em seções anteriores, quando o internato fechou, outra estratégia que os missionários católicos encontraram foi a expansão das escolinhas chamadas rurais nas comunidades Baníwa. Segundo os dados da Secretaria Municipal de São Gabriel da Cachoeira (SEMEC, 2009) existem cerca de 94 escolas em toda a região do Iniãli, sendo 6 de Ensino Fundamental, e apenas 01 de Ensino Médio indígena, os restantes de 1ª a 4ª séries.

De um lado, a formação cultural, linguística e espiritual hoje é muito presente dentro e fora dos espaços onde se está repassando os conhecimentos. De outro lado, os Baníwa percebem que cada vez mais, a cultura da sociedade envolvente está mais próxima. Por essa razão, hoje o povo Baníwa busca formação no ensino fundamental, médio e no ensino superior; embora, nesta última modalidade, a representação ainda seja muito pequena. Contudo, a maioria dos professores das escolas são Baníwa e já possuem a formação específica para trabalhar com a cultura Baníwa e não Baníwa.

4. Considerações finais

Os Baníwa, na época dos primeiros contatos, talvez não discernissem claramente os benefícios que adviriam das ações missionárias, mas talvez percebessem que os religiosos teriam dividendos dessa empreitada. Sendo assim, não tendo muita saída na época, foram "*aceitas*" pelos Baníwa as obras missionárias. Desse modo, é lícito dizer que, em parte, as razões históricas levaram os Baníwa a responderem positivamente à convocação dos salesianos e protestantes para efetivação das "empreitadas missioneiras".

Vimos que as estratégias dos missionários protestantes para divulgação de suas ideias cristãs diferiam substancialmente da católica. Enquanto os salesianos seguiam a orientação de Dom Bosco, que dizia "*ocupai-vos primeiro das crianças e ganhareis depois os adultos*" e investiam no projeto educativo desenvolvido em seus internatos e escolinhas, a dos protestantes era bem diferente nesse sentido (WEIGEL, 1991), pois a estratégia destes últimos era a de conquistar primeiro os mais velhos, os que tinham autoridade e o respeito dos demais, e os que eram ouvidos, por isso tinham ingerência sobre a formação das novas gerações. Mas o fato de não terem desenvolvido a educação escolar e de terem ensinado a ler na língua indígena, em detrimento do português, é avaliado, hoje, pela maioria dos velhos, chefes e professores Baníwa, católicos, como um prejuízo para o povo.

Já os católicos consideram que o protestantismo foi *um atraso* para os Baníwa, embora os velhos e chefes protestantes Baníwa não admitam isso. Essa é uma ideia muito trabalhada pelos salesianos: *progredir, "ir prá frente", através da escolarização*. Porém, alguns têm um posicionamento favorável em relação à necessidade de mais escolarização para suas crianças.

Em outro momento do texto, mostramos como os Baníwa estão fazendo para repassar seus conhecimentos para seus filhos. Essas são algumas estratégias encontradas pelos Baníwa para continuarem vivendo e preservando a cultura, a língua e suas tradições por mais algum tempo.

Acreditamos, por fim, que agora os dilúvios já não são mais os Jesuítas, os Missionários Católicos ou Protestantes, agora são as Universidades que estão chegando à região do Alto rio Negro, especificamente no Município de São Gabriel da Cachoeira-AM, trazendo consigo "novos projetos educacionais".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Judite G. de. 2007. **Educação Escolar Indígena**: do panóptico a um espaço possível de subjetivação na resistência". Tese de doutorado, defendida no Instituto de Linguagem da Unicamp, Campinas.

BOURDIEU, Pierre. 1992. **A economia das trocas simbólicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas.

MARTINS, Edilson. 2009. **Sobre a Natureza, Expressão Formal e Escopo da Classificação Lingüística das Entidades na Concepção do Mundo dos Baníwa.** Universidade de Brasília: Dissertação de Mestrado, Brasília.

MÜLLER, Sofia. 1952. **Beyond Civilization**. Woodworth, Brown Gold Publication.

WEIGEL, Valéria A. C. de Medeiros. 2000. **Escolas de branco em malokas de índio.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas.

WEIGEL, Valéria e RAMOS, Ademir. 1991. O processo educativo dos internatos para os índios do Alto Rio Negro. In: **Bulletin of the International Commite on Urgent Anthopological and Ethnological Research**, 32-33.

WRIGHT, Robin. 1981. **History and religion of the Baníwa Peoples of the upper Rio Negro Valley.** Stanford: Department of Anthropology of Stanford University, v. I e II. (Tese: Doutorado em Filosofia).

_____. 2005. **História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro.** Campinas, SP: Mercado de Letras: São Paulo: Insituto Socioambiental – ISA.

_____. 1994. Quando as missões vieram. In: **Reunião da Associação Brasileira de Antropologia- ABA**, Niterói, 19.